



28/06/2015

COMUNICADO

Bombeiros Profissionais pedem demissão da ministra da Administração Interna

Os mais de 200 bombeiros profissionais que participaram no Congresso Nacional dos Bombeiros Profissionais, aprovaram por unanimidade o pedido de demissão da ministra da Administração Interna, Anabela Rodrigues, face aos constantes e graves problemas que o sector dos bombeiros vive atualmente e tendo em conta que, cabe ao Ministério da Administração Interna zelar pelos direitos e interesses dos bombeiros profissionais e até ao momento nada foi feito.

Os bombeiros profissionais justificam esta decisão na sequência da indiferença como estão a ser tratados os bombeiros profissionais (sapadores, municipais, profissionais das Associações Humanitárias, Força Especial de Bombeiros e Bombeiros), pela ministra:

- 1- Até à presente data a ministra não recebeu a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP) nem ouviu os problemas dos bombeiros profissionais;
- 2- Não aplicou o que foi acordado pelo ex-ministro da administração interna e seu ministério, que se comprometeu a publicar o novo estatuto profissional;
- 3- Não aprovou o desbloqueamento das carreiras dos bombeiros profissionais nem respetivos conteúdos programáticos;
- 4- Não aprovou um Acordo Coletivo para a Força Especial de Bombeiros e regulamentação da respetiva carreira e vínculo à ANPC;
- 5- Não reconhece a atividade dos bombeiros como profissão de risco e desgaste rápido;
- 6- Não reconheceu o regime específico de aposentação para todos os bombeiros profissionais;
- 7- Não aprovou uma portaria que regulamenta a atividade dos bombeiros profissionais que prestam atividade nas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Se a ministra continuar a não ouvir os bombeiros profissionais, os bombeiros vão avançar para todas as formas de luta possíveis, incluindo uma greve nacional de todos os bombeiros profissionais onde se incluem sapadores, municipais, profissionais das associações humanitárias de bombeiros e força especial de bombeiros, com o objetivo de fazer ouvir



aqueles que todos os dias arriscam a vida no socorro à população e que a ministra não ouve nem reconhece.

Os bombeiros profissionais estão ainda descontentes com os governantes que tutelam a pasta deste sector.

Em comunicado a ANBP considera que:

“É lamentável que o Governo no nosso país haja governantes nomeadamente os Secretários de Estado da Administração Local e Pública que durante quatro anos não produziram nenhuma legislação para o sector dos bombeiros profissionais.

É urgente que seja definido o financiamento para as Câmaras Municipais no que respeita aos bombeiros sapadores e municipais. Aliás a ANBP, e a pedido do deputado Fernando Negrão, da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República já enviou parecer no sentido de que ao exemplo dos bombeiros voluntários, as Câmaras Municipais possuam financiamento legitimado legalmente para os bombeiros profissionais da Administração Local.

As Câmaras Municipais não podem colocar em causa a segurança dos seus munícipes pela inércia e por deliberações que penalizam as Câmaras porque as carreiras estão estagnadas e consequentemente por este facto a falta de efetivos com que as Câmaras Municipais se debatem para socorrerem os seus munícipes.

Perante esta inércia do Governo temos obrigatoriamente que responsabilizar o primeiro-ministro pela falta de segurança que existe nos maiores municípios portugueses que são aqueles que possuem a maior fatia da população portuguesa e que possuem bombeiros sapadores e municipais.

Para agravar toda esta situação temos uma ministra que além de não dar continuidade ao trabalho produzido no MAI, pelo seu antecessor, se recusa a receber a ANBP, ou seja consideramos que a atual ministra da Administração Interna é um elemento inerte num governo que não se preocupando com a segurança das populações, não se preocupa com os bombeiros profissionais nem com as Câmaras Municipais a quem nega o financiamento e legislação para desbloquear a progressão na carreira e o preenchimento dos quadros uma vez que há uma enorme falta de efetivos para a prestação plena do socorro”.